

DESMATAMENTO: ATRÁS DO PREJUÍZO

Roberto Smeraldi

Enfim, após mais de um ano de adiamentos, o governo apresentou os dados sobre o desflorestamento da Amazônia em 1995 e 1996. Ainda mais do que os números, os analistas deveriam focar o atraso, pois tamanha defasagem inviabilizou possíveis respostas, eficazes ao fenômeno, que evoluiu tanto em termos numéricos quanto pelas suas características. A explicação oficial, de que o atraso seria devido à falta de R\$ 2,5 milhões (equivalente a 0.6% do orçamento do Ibama), não faz jus à inteligência dos observadores.

Os números falam por si mesmos, pois são os mais altos na história do Brasil. De 94 para 95, o aumento foi de 95,07% subindo de 14,896km² para 29.059km². Sem dúvida, 1995 foi um ano extraordinário do ponto de vista do contexto econômico e meteorológico. Tanto a euforia do Plano Real e do súbito crescimento econômico, quanto a relativa escassez de chuvas na região criaram condições extremamente favoráveis para a expansão da fronteira de colonização agropecuária e a abertura de novas frentes madeireiras ilegais.

Mais preocupantes ainda, ao ler os dados oficiais com cuidado, são

as taxas de 96. Em um ano em que as intensas chuvas e o relativo desaquecimento dos setores mais imediatistas da economia levariam a prever uma diminuição da pressão sobre as florestas, os novos desmatamentos chegaram a 18.161km². Trata-se não apenas de incremento de 22% em relação a 1994 mas, o que mais surpreende, de uma taxa até maior que a de 1989, o ano-símbolo da destruição da Amazônia no mundo inteiro, em que revistas como *Time* e *Newsweek* dedicaram suas capas à "Amazônia em chamas".

Os dados mostram também mudança no perfil do desflorestamento. O que mais chama a atenção é que 48% do enorme desmatamento de 1995 foram registrados em áreas relativamente pequenas, de menos de cinquenta hectares. Isso significa que, mesmo utilizando apenas dados de satélite, cujo olho não consegue enxergar clareiras menores de algumas centenas de metros de diâmetro, a contribuição da exploração madeireira seletiva cresce proporcionalmente em relação às atividades agropecuárias extensivas, tradicionalmente responsáveis pela grande maioria da perda de recursos florestais. Os dados seriam mais gra-

ves se incorporassem as clareiras menores e especialmente os efeitos dos "fogos rasteiros" que penetram, de maneira acidental, a floresta já degradada pela extração da madeira, destruindo assim as camadas mais baixas da vegetação e grande parte da fauna. O fato de os levantamentos serem limitados aos dados de satélite, o que não constituía problema quando o desflorestamento era causado apenas por grandes queimadas, vira portanto hoje sério empecilho para obtermos uma visão atualizada das tendências mais recentes.

Os dados de 1997 deveriam ser disponíveis em agosto desse ano. Mas o governo resolveu também, provavelmente com o intuito de suavizar os efeitos chocantes dos dados de 95-96, divulgar algumas estimativas e projeções, baseadas em locais escolhidos ao longo da fronteira da colonização tradicional, entre o sul do Pará e Rondônia, passando pelo Norte de Mato Grosso. Esses dados apontariam para uma leve redução em relação aos índices de 96, o que, em tese, representaria um fato positivo, sendo que o ano de 1997 foi muito mais seco. Mas, infelizmente, o valor de tais exercícios é muito limitado, pois as projeções

não abrangem as novas frentes, isto é, as regiões onde os incrementos foram maiores nos últimos dois anos. Trata-se, por exemplo, do Estado do Amazonas, cujo papel na geografia da destruição era irrelevante até o começo desta década, e onde o desmatamento aumentou em 700% só no ano de 1995. Foi justamente em 97 que o aeroporto de sua capital, Manaus, até então imune do problema, ficou fechado durante muitos dias pela fumaça.

O ministro Krause anunciou o encaminhamento de algumas medidas ao Congresso. Enquanto o teor parece razoável (redirecionamento das atividades agrícolas para áreas já desmatadas, abertura de florestas de produção, normas para os assentamentos de reforma agrária etc.), cabe indagar como se pretende operacionalizar essas ações, sendo que o problema constante, até agora, tem sido a implementação das normas já existentes. Ao mesmo tempo, um Congresso em ano eleitoral não deverá mostrar grande entusiasmo para tomar medidas restritivas.

■ Roberto Smeraldi é coordenador do Programa Amazônia, da ONG Amigos da Terra

28/1/98
209
17